Ata da sessão ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- CMDCA Campinas. Aos treze dias de setembro de dois mil e vinte e dois às quinze horas e trinta minutos deu-se início a reunião ordinária do Conselho realizada por videochamada através da Plataforma Sala Virtual Campinas. Estiveram presentes: Titulares da Sociedade Civil: Ana Lúcia da Silva Batista, Ricardo Leite de Moraes, Adriana Cristina da Silva Arten e Flávio de Azevedo Levy. Suplentes da Sociedade Civil: Ana Flávia Silva Luz e Norberto Mattei. Titulares do poder público: Maria Angélica Bossolane Batista, Maria José Geremias, Flávia Martins Guimarães e Marcelo Bandiera Sálvio. Suplentes do poder público: Clébia Alves Campos Oliveira, Giovanna Puosso Labbate e Carolina de Souza Ramires. Estiveram presentes os convidados: Rosângela Barbosa (Conselho Tutelar) e Roberta (MAE Maria Rosa). Angélica inicia a reunião destacando a importância da participação ativa dos conselheiros em todos os processos em construção no CMDCA, especialmente a Conferência, Formação dos Conselheiros e SGD, Elaboração do Edital de Chamamento, Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares em 2023, reconhecendo que muitos de nós estamos envolvidos mas precisamos da atuação dos ainda ausentes. PAUTA – Expediente. 1) Leitura, discussão e aprovação da ata da reunião de agosto de 2022. Aprovada por unanimidade. 2- Informes: Justificativas de ausências. Nenhuma justificativa apresentada. **Ordem do dia: 1-** Apresentação do Planejamento Estratégico do CMDCA. Era prevista a apresentação, mas a profissional voluntária que tem nos acompanhado na formulação teve um problema de saúde e não pode concluir a tarefa. **2-** Formação da Comissão de Monitoramento e Avaliação da execução dos termos de fomento celebrados entre a administração pública e organizações da sociedade civil referentes à Resolução CMDCA nº 029/2022. A presidente informa que de acordo com o Edital temos a prerrogativa de fazer o monitoramento e se faz necessário ter uma comissão formada por conselheiros do poder público, devido a não serem beneficiários diretos. Esta comissão é composta por Flávia (SME), Zezé (SMASDH), Giovanna (SMASDH) e Dra. Andréa (SMS). Flávia apresenta um pedido de que outros conselheiros se disponham a contribuir, visando que dois membros estão na executiva com alta demanda de envolvimento nas ações citadas anteriormente. Propondo-se a votação deste colegiado sobre a presença da sociedade civil caso não haja impedimento legal, o que foi aprovado e definiu-se a permanência temporária dos que estão e o estudo sobre a possibilidade de integração de conselheiros da sociedade civil. **3-** Definição dos representantes titular e suplente do poder público na Comissão de Ética Permanente dos Conselhos Tutelares. Os conselheiros Fernando Martins e Ana Flávia são os titulares representantes desta Comissão, visto já termos definido esta situação em agosto e para suplência não conseguimos candidatos neste momento. Perguntamos se Rafael e Amanda podem permanecer como suplentes. **4 -** Composição da Comissão do Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares Gestão 2024-2027. Consulta aos conselheiros com acréscimo dos conselheiros Ricardo e Giovanna, sendo aprovado pelos presentes por unanimidade. **5**- Alteração da Resolução de criação do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência de Campinas -SP. Angélica traz para a aprovação da obrigatoriedade fique para os serviços públicos municipais e os órgãos estaduais podem compor facultativamente, acrescendo segurança pública. As conselheiras Zezé e Flávia questionam a inserção de

local de participe da Comissão. Ana considera que a organização do texto pode deixar separado os facultativos e os obrigatórios. Clébia corrobora a ideia e sugere um artigo sobre a possibilidade da comissão convidar em caráter consultivo instituições com expertise no tema. Ana sugere a elaboração do texto posterior e apenas aprovação da ratificação. A conselheira Flávia propõe colocar a votação para próxima reunião, após revisão da minuta. **6-** Definição dos representantes titular e suplente junto ao Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência de Campinas - SP. Angélica sugere a nomeação dos representantes do CMDCA neste Comitê, explicitando que ela e a Ana Lúcia já tem atuado, porém nada impede que outros conselheiros se apresentem. Levando-se a voto fica aprovado por unanimidade a indicação de Angélica como titular e a Ana Lúcia como suplente. **7-** Pedido de concessão de registro definitivo do Instituto Robert Bosch. Ana Lúcia apresenta o pedido e esclarece que a instituição enviou relatório completo que gerou parecer favorável a mesma para a concessão definitiva, lembrando que os documentos foram enviados aos conselheiros e abre para pedidos de esclarecimento, sem que nada fosse perguntado. Chamada a aprovação todos votaram favoráveis. **8-** Devolutiva da Comissão de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes (EVCCA). Angélica lembra da definição de mantermos maior aproximação entre as comissões e comitês ligados ao CMDCA, que tem trabalhando de forma independente, dentro do planejado, mas ainda com pouca interlocução e interfaces. Iniciamos com o Comitê SIMASE e, com a necessidade de pensar o 18 de MAIO, visando ter maior compreensão do processo e avaliação para não ficarmos apenas como investidores. Ricardo apresenta que tem 4 grupos de trabalho: Maio Laranja, Pacto Intersetorialidade, Étnico Racial e Formativo. Avaliação de 18 de Maio foi reunião extraordinária que por falta de quórum acabou não acontecendo. Levantaram as dificuldades da compra de material e poder de mobilização nos territórios, com menores restrições. A conselheira Flávia pede a partilha da Ata de avaliação para complementar as informações aos conselheiros. A presidente esclarece que as dificuldades deste ano estão relacionadas com os impedimentos de Atas fechadas para eventos em tempo ainda pandêmico. Importante pensar em como avaliar os impactos desta ação. Uma tarefa do colegiado seria avaliar o impacto de tanto investimento humano e de recursos materiais, inclusive do qual importante é organizar os processos, a comunicação do que acontece do planejar, preparar e executar. Ricardo destaca a importância dessa reflexão, visto que muitas vezes entende-se fazer como potência. A conselheira Flávia sugere pensar sobre a possibilidade da bianuidade das ações para que haja uma pausa para pensar os impactos e análise política. Nada mais havendo a tratar, a presidente agradece a presença de todos com o convite para a próxima reunião presencial de organização da Conferência, encerrando a reunião às dezessete horas, e eu, Flávia Martins Guimarães, lavrei a presente ata.